

POLÍTICAS CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO GT CURRÍCULO DA ANPEd NO PERÍODO 2000-2017

Thalia Duarte dos Santos (1); Andreza Maria de Lima (2)

(1) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – campus Pesqueira
thaliad_santos@outlook.com¹

(2) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – campus Pesqueira
andreza.lima@pesqueira.ifpe.edu.br²

Introdução

Recentemente, o Governo Federal, por meio da Medida Provisória (MP) nº 746/2016, convertida na Lei nº 13.415/2017, reformou o Ensino Médio. A reforma foi amplamente contestada por estudantes, a partir do movimento de ocupação de escolas, e por entidades do campo educacional. O documento Exposição de Motivos nº 00084/2016, assinado pelo então Ministro da Educação Mendonça Filho para justificar a reforma, bem como as onze audiências públicas realizadas entre outubro de 2016 e fevereiro de 2017, evidenciam seu viés pragmático: adequar a formação da juventude à lógica do mercado.

A implementação da reforma está condicionada à aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio, em fase final de elaboração. Recentemente, o MEC tornou pública a BNCC para o Ensino Médio, entregando-a ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Conforme preceitua a Lei nº 13.415/17, o documento é organizado em quatro áreas de conhecimento: Linguagens e suas Tecnológicas; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Entretanto, são detalhadas apenas as “habilidades” das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, em função da determinação da Lei nº 13.415/17, que preceitua apenas essas disciplinas como obrigatórias nos três anos do Ensino Médio.

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) lançou uma nota pública questionando a: 1) legitimidade da proposta; 2) interpretação da legislação que sustenta a BNCC; 3) noção de competências dissociada do conteúdo; 4) indefinição do que seja educação integral; e 5) redução de componentes curriculares. Ao tratar especificamente da terceira questão, a ANPEd afirma que a ênfase na aprendizagem para desenvolver competências “[...] está articulada com as políticas que o Banco Mundial e outros organismos internacionais vêm desenvolvendo nos últimos tempos, e tem a ver com pensar a escola como se fosse uma empresa [...]”

Conforme destacam Silva e Scheibe (2017, p. 21), a linha de argumentação que foi incorporada pela atual reforma do Ensino Médio está sustentada “[...] na defesa da necessidade de adequação do ensino médio a requisitos postos pelo mercado de trabalho e/ou por necessidades definidas pelo setor empresarial”.

Há indicativos, portanto, de que estamos vivenciando, novamente, “[...] a hegemonia dos interesses empresariais-financeiros-neoliberais no campo educacional” (SIMÕES, 2017, p. 47). Nesse contexto, neste trabalho, recorte de uma pesquisa maior, **mapeamos e analisamos as produções científicas sobre políticas curriculares para o Ensino Médio no Grupo de Trabalho (GT) Currículo da ANPEd no período 2000–2017**. Estudos desse tipo, comumente denominados de “Estado da Arte”, além de permitirem identificar temáticas recorrentes e novas perspectivas de estudo (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014), são fundamentais para captar

¹ Licencianda em Matemática participante do PIBEX.

² Doutora em Educação/Professora do Ensino Superior - cursos de licenciatura.

o movimento da realidade em suas contradições para que se possa, em alguma medida, nela intervir (FRIGOTTO ET AL, 2010).

Metodologia

Este estudo é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, comumente denominado “Estado da Arte”, conforme indicamos.

Investigamos os anais das reuniões nacionais da ANPEd, por reconhecermos que essa Associação tem se projetado como um importante espaço de debate das questões educacionais brasileiras, constituindo-se em referência na produção e divulgação do conhecimento na área da educação no Brasil.

O material de base para esta investigação foram os trabalhos do GT 12 (Currículo) dos anais das Reuniões Nacionais, disponibilizados no site da Associação. O GT currículo reúne pesquisadores vinculados a universidades e instituições de pesquisa brasileiras e latino-americanas que vêm se dedicando ao estudo de questões concernentes ao campo do currículo. O grupo vem discutindo, a partir e através de múltiplos referenciais teórico-epistemológicos e metodológicos, essas questões, entendendo currículo no mais amplo sentido do termo³.

O critério para seleção dos artigos foi: apresentar no título, palavras-chave ou resumo os termos “políticas curriculares” e “Ensino Médio” e/ou expressões similares. No levantamento, identificamos os estudos apresentados na modalidade “Trabalho” e “pôster”.

Para análise, tivemos o apoio a Técnica da Análise de Conteúdo Categórica Temática, conforme Bardin (2002). Realizamos a análise partindo da leitura exaustiva de todos os trabalhos.

Resultados e Discussão

Nos últimos dezoito anos, apenas seis artigos abordaram sobre políticas curriculares para o Ensino Médio no GT 12 (Currículo) das Reuniões Nacionais da ANPEd. Na modalidade “trabalho”, foram localizados três artigos: dois apresentados na 28ª Reunião (MELLO, 2005; DIAS; ABREU, 2005), e um na 37ª (SILVA, 2015). Na modalidade “pôster”, três: na 24ª (ABREU, 2001), 28ª (SILVA, 2005) e na 32ª (BUSNARDO, 2009).

A partir da análise dos trabalhos, construímos três categorias temáticas: 1) Reinterpretação de políticas curriculares (conceitos/concepções/discursos) em outros contextos de produção (SILVA, 2005; MELLO, 2005; DIAS; ABREU, 2005); 2) Políticas curriculares com foco em um componente curricular (ABREU, 2001; BUSNARDO, 2009); e 3) Racionalidades que orientam políticas curriculares para o Ensino Médio (SILVA, 2015).

Em relação aos trabalhos localizados na primeira categoria, destacamos que o estudo de Silva (2005) busca compreender os processos de hibridização (García Canclini) e de recontextualização (Bernstein) discursiva que ocorrem em dois artigos escritos por especialistas em ensino de Física, publicados no ano de 2003 pela revista Física na Escola e editada pela Sociedade Brasileira de Física (SBF), utilizando como referência os estudos de Ball e Bowe. Conforme Silva (2005), os autores dos artigos têm ou tiveram participação na elaboração de textos oficiais de políticas curriculares para a Física no Ensino Médio. Após a análise, observa-se que a seleção de conteúdos de Física, mesmo rebatizados como temas e apresentados à guisa de sugestão, continua sendo uma referência fundamental nas propostas de organização curricular para essa disciplina no campo recontextualizador oficial em ambos os textos.

Mello (2005), em meio às reformas que se encontravam em curso no Brasil na década de 90, analisa como os conceitos das novas propostas curriculares foram apropriados em livros

³ Informações retiradas do site da ANPEd.

didáticos do Ensino Médio. Destaca que, nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), a reorganização curricular está baseada nos seguintes princípios: contextualização, tecnologias e interdisciplinaridade. Toma como base o ciclo contínuo de políticas de Ball (1998), os processos de hibridização de Canclini (1998), a concepção de currículo defendida por Goodson (1997) e os processos de (re) contextualização de Bernstein (1996, 1998). Foram trabalhados com quarenta livros didáticos e manuais do professor das editoras Nova Geração, Moderna, Ática, Scipione e IBEP/ABDR e Brasil. Foram analisadas cinco coleções referentes à área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. A autora afirma que não ocorreram grandes mudanças nos livros didáticos, mas que é desenvolvida a ideia de que existe uma tríade - livro didático, propostas curriculares e políticas de avaliação - na tentativa de limitar o que os docentes fazem no contexto da prática.

Dias e Abreu (2005) também trabalharam com a recontextualização de políticas nos livros didáticos. Considerando as políticas curriculares produzidas na década de 90, analisam os discursos sobre o mundo do trabalho recontextualizados nos livros. As autoras utilizam, como referência, o ciclo de políticas de Ball. Constituiu material de análise a coleção “De olho no mundo do trabalho” da editora Scipione, referentes à área de ciências da natureza, matemática e suas tecnologias, por ter sido lançada logo após as primeiras publicações referentes à reformulação do Ensino Médio nessa época. Conforme as autoras, as mudanças dos discursos sobre o mundo do trabalho restringiram-se a apresentação das obras e aos boxes que falam sobre produções. De forma geral, pouco alteraram a estrutura dos livros. Afirmam, ainda, que a elaboração dos livros sofre influência de todos os contextos que participam do processo de formação das políticas curriculares, isto é, do contexto de produção ao contexto da prática.

Em relação aos trabalhos localizados na segunda categoria, destacamos que o artigo de Abreu (2001), uma proposta de pesquisa, tem por objetivo analisar os pressupostos da organização curricular ocorrida na década de 90, especificamente a concepção de currículo integrado dos PCNEM, e suas limitações e implicações para o ensino de Química. Toma como base a concepção de currículo como construção social, defendida por Goodson, e de currículo integrado e interdisciplinaridade, desenvolvidas por Santomé. Considera, também, os princípios de classificação e enquadramento de Bernstein. Argumenta que o currículo deve ser entendido como uma construção sócio-histórica constituída por relações sociais mais amplas e que a integração também pode ser desenvolvida em um currículo disciplinar. Para a autora, a reorganização curricular proposta pelos PCNEM não tende a favorecer mudanças significativas para a área de ciências da natureza, matemática e suas tecnologias, e a integração do conhecimento químico com as demais disciplinas parece identificada com a supervalorização das tecnologias, podendo comprometer, inclusive, a superação da forte divisão disciplinar.

O artigo de Busnardo (2009), por sua vez, realiza uma análise de políticas curriculares elaboradas para o Ensino Médio: os PCNEM, as Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+Ensino Médio), implementados no ano 2000 no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM), divulgadas no ano de 2006 no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, bem como a atuação da comunidade de ensino de Biologia na produção dessas políticas. Para a análise, a autora utiliza o ciclo contínuo de políticas de Ball. Embora não seja apontado nenhum resultado, a proposta de trabalho deixa claro que, com base nesses estudos, pretende-se investigar as diferentes demandas da comunidade disciplinar de ensino de Biologia que se articulam no processo de produção das políticas curriculares.

Silva (2015), único trabalho da terceira categoria, buscando compreender as racionalidades que orientam as políticas curriculares para o Ensino Médio implementadas em diferentes regiões brasileiras, analisa políticas curriculares para o Ensino Médio na América Latina. O autor ressalta que percebe um direcionamento das políticas para as questões da promoção de práticas pedagógicas inovadoras, associadas ao desenvolvimento de formas

curriculares ancoradas nos conceitos de protagonismo juvenil e de formação de habilidades. Toma como base os estudos de Sibilía (2012), Bauman (2008) e Schumpeter (1997), valendo-se da hipótese sociológica proposta por Laval (2004). Foram analisados quatro documentos publicados por organizações internacionais destinados a orientar as reformas curriculares promovidas no contexto latino-americano: “Invertir em juventude” (2011); “Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil: próximos passos” (2014); “BRICS: construir a educação para o futuro” (2014); e “Protótipos curriculares de Ensino Médio e Ensino Médio integrado” (2011). Silva (2015) constata o posicionamento estratégico das políticas curriculares como um “investimento econômico” para o Ensino Médio, com ênfase no desenvolvimento de capacidades como um imperativo curricular e no protagonismo juvenil.

Como podemos perceber, as pesquisas tiveram como foco as políticas curriculares elaboradas para o Ensino Médio, sobretudo no contexto dos anos de 1990. As políticas constituintes da reforma do Ensino Médio nos anos de 1990 estavam fundadas no atendimento das demandas oriundas das transformações nos processos de produção. Nessa época, o “modelo de competências” foi associado às políticas de currículo para a formação profissional e também para a educação básica geral (SILVA; SCHEIBE, 2017).

Estas pesquisas possibilitam avançar nas reflexões sobre possíveis desdobramentos da atual política curricular para o Ensino Médio na prática curricular dos professores. Resultados de algumas pesquisas localizadas mostraram que as políticas curriculares produzidas no contexto dos anos de 1990, centradas no “modelo de competência”, não promoveram mudanças significativas nos livros didáticos (MELLO, 2005; DIAS; ABREU, 2005), e não favoreceram a superação da forte divisão disciplinar (ABREU, 2001). No entanto, desenvolveram a ideia de que existe uma tríade - livro didático, as propostas curriculares e as políticas de avaliação -, na tentativa de limitar o que os professores fazem na prática (MELLO, 2005).

Conclusões

Neste trabalho, mapeamos e analisamos as produções científicas sobre políticas curriculares para o Ensino Médio do GT Currículo da ANPEd no período 2000–2017. Os resultados mostraram que, nos últimos dezoito anos, apenas seis artigos abordaram sobre políticas curriculares para o Ensino Médio nos anais do GT Currículo das Reuniões Nacionais da ANPEd.

Os nossos resultados mostraram, também, que a maioria dos artigos localizados teve como foco as políticas curriculares elaboradas para o Ensino Médio no contexto dos anos 90. Resultados de pesquisa que tiveram como foco essas políticas mostraram que havia uma tentativa de limitar o que os professores faziam no contexto da prática.

Os resultados dessas pesquisas ajudam avançar nas reflexões sobre os possíveis desdobramentos da atual reforma do Ensino Médio – e, nesse contexto, da BNCC para o Ensino Médio -, na prática escolar. Isso porque a atual reforma da última etapa da Educação Básica está sustentada na linha de argumentação que mobilizou a reforma curricular empreendida no contexto dos anos de 1990. Por isso, o retorno ao “modelo de competências” na versão da BNCC para o Ensino Médio, disponibilizada recentemente pelo MEC. Essa linha de argumentação, cumpre reiterar, está sustentada no entendimento de que cabe ao Ensino Médio atender a requisitos postos pelo mercado de trabalho e/ou por necessidades definidas pelo setor empresarial (SILVA; SCHEIBE, 2017).

Reiteramos que a reforma do Ensino Médio imposta pelo governo de Michel Temer e, nesse contexto, a BNCC para o Ensino Médio, centrada no desenvolvimento de “competências”, está em consonância com a orientação dos organismos internacionais.

Por fim, apontamos a necessidade de investigar outros GTs da ANPEd para ter uma visão mais consistente da produção sobre a temática na Associação, bem como considerar

outras fontes (como, por exemplo, os bancos de teses e dissertações) para aprofundar o conhecimento dessa produção e suas contribuições para área.

Referências

ABREU, Rozana Gomes de. **A concepção de currículo integrado e o ensino de química no “Novo Ensino Médio”**. Trabalho apresentado na 24ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), Caxambu/MG, 2001.

ABREU, Rozana Gomes de; DIAS, Rosanne Evangelista. **Discursos do mundo do trabalho nos livros didáticos do ensino médio**. Trabalho apresentado na 28ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), Caxambu/MG, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002. 223p.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 05 nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. Altera as Leis no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto- Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento a Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm> Acesso em: 05 set. 2017.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746** de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm> Acesso em: 01 de julh. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf >. Acesso em: 01 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Exposição de Motivos n 00084**. 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Exm/Exm-MP-746-16.pdf>.

Acesso em: 02 de mar. de 2018.

BUSNARDO, Flávia de Mattos Giovannini. **Políticas curriculares para o ensino médio: a atuação da comunidade disciplinar de ensino de biologia**. Trabalho apresentado na 32ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), Caxambu/MG, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio *et al.* Agradecimentos. In: GT Trabalho e Educação da Anped; Projetos Integrados (UFF; Uerj; EPSJV/Fiocruz); Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) (Org.). **Anais do Colóquio Produção de conhecimentos de ensino médio integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas**, Rio de Janeiro, 3 e 4 de setembro de 2010.

SILVA, Denys Brasil Rodrigues da. **Políticas de currículo: A atuação de especialistas em ensino de física no contexto de produção**. Trabalho apresentado na 28ª Reunião Anual da

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), Caxambu/MG, 2005.

SILVA, Monica Ribeiro da; SCHEIBE, Leda. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Retratos da Escola** / Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce) – v.11, n.20, jan./jun. 2017. – Brasília: CNTE, 2017. p. 19-31.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. **Um breve exame das políticas curriculares para o ensino médio na América Latina**. Trabalho apresentado na 37ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), Florianópolis/SC, 2015.

SIMÕES, Willian. O lugar das Ciências Humanas na “reforma” do ensino médio. **Retratos da Escola** / Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce) – v.11, n.20, jan./jun. 2017. – Brasília: CNTE, 2017. p. 45-59.

VOSGERAU, Dilmeire Sant’Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.